

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA NO NORDESTE: UM ESTUDO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE EÓLICO DO MUNICÍPIO DE CASA NOVA – BA

Erika Maria de Oliveira¹

Josefa de Lisboa Santos²

Resumo

Neste artigo buscamos analisar as novas configurações territoriais e as relações de produção do espaço, a partir da expansão da atividade energética brasileira, buscando compreender as transformações do espaço em face ao momento histórico da inserção de novas fontes energéticas e territorialização do capital no Nordeste. Nesse sentido, o presente estudo parte de análises realizadas no município de Casa Nova, estado da Bahia, a partir da implantação do parque de energia eólica. Procuramos entender ainda, o sentido das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, e refletir sobre o seu papel enquanto agente transformador dos espaços.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Estado, Energia Eólica.

PUBLIC POLICIES FOR ENERGY PRODUCTION IN THE NORTHEAST: A STUDY FROM THE IMPLEMENTATION OF THE NEW WIND FARM HOUSE CITY – BA

Abstract

In this paper we analyze the new territorial configurations and production relations of space, from the expansion of the brazilian energetic activity, seeking to understand the transformations of space compared to the historical moment of the introduction of new energy sources and territorialization of capital in the brazilian northeast. Accordingly, this study analyzes performed part of the municipality of Casa Nova, Bahia, from the deployment of wind energy park. We seek to understand also the meaning of the policies developed by the State and reflect on its role as a transforming agent of spaces.

Keywords: Public Policy, State, Wind Power.

¹ Mestranda do Núcleo de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal de Sergipe/bolsista Capes/Fapitec. E-mail: erika.oliveira01@hotmail.com

² Professora Doutora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Email: josefalisboa@uol.com.br

Introdução

O desenvolvimento industrial e tecnológico exigiu um aumento da demanda da produção de energia no mundo. Segundo Rodrigues e Santos (2013) o avanço técnico-científico a partir das revoluções industriais foi sem dúvida de grande importância para a história da sociedade. Contudo, os grandes beneficiados desse processo foram os capitalistas que tem na indústria uma rica fonte de extração da mais-valia a partir da exploração da força de trabalho e por via da transformação dos elementos presentes na natureza.

No território brasileiro, diversas políticas foram implantadas para atender a demanda de energia. Investimentos em exploração do petróleo, construção de hidroelétricas, e recentemente o uso de fontes energéticas renováveis, foram as principais alternativas desenvolvidas pelo governo brasileiro para dar suporte as suas atividades industriais.

Na década de 1980 no Brasil, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco publicou um inventário do potencial eólico da região Nordeste do país, já pensando na utilização desta fonte de energia num futuro próximo. Vinte anos mais tarde, foi publicado o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, que reunia dados históricos sobre os ventos brasileiros e onde estes eram mais fortes estabelecendo relação direta com a geomorfologia dos lugares a serem implantadas (SILVA E SAMPAIO, 2013).

Nos últimos anos, a região Nordeste vem aumentando sua participação na produção de energia eólica. Em 2010, o governo da Bahia anunciou a construção de parques de energia eólica no interior do estado, especificamente, no município de Casa Nova, situado no extremo norte da Bahia.

Observamos, portanto, que em um curto espaço de tempo, o município de Casa Nova passou a sediar dois grandes projetos voltados para geração de energia, a construção da hidroelétrica de Sobradinho, na década de 1970, e mais recentemente o parque de energia eólico. Este cenário marcou também o fortalecimento dos movimentos sociais que questionam o resultado das políticas e reclamam por terras, águas, incentivos governamentais, condições dignas de trabalho e mais garantia de políticas públicas sociais, fatos que desafiam o movimento paradoxal de desenvolvimento e fartura anunciada frequentemente

nesse que se configura, atualmente, como espaço-objeto dos comandos hegemônicos dos grupos empresariais nacionais e transnacionais (BARROS e SÁ 2007).

Entender as dinâmicas de ocupação e territorialização dos espaços no município de Casa Nova – BA a partir da implantação de parques eólicos, possibilitará o entendimento da (re)produção desse espaço em diversas escalas de análises, pois a melhoria na condição de vida das comunidades locais só poderá ser alcançado se as suas necessidades e expectativas, externalizadas pelas representações desses atores sociais, como atores produtores do espaço, forem consideradas no âmbito do projeto de desenvolvimento construído a partir desses sujeitos e não sobre esses.

Casa Nova-BA: breve apresentação do objeto

O município de Casa Nova³, está localizado no Nordeste brasileiro, ao norte do estado da Bahia, em uma região onde predomina o clima semiárido, caracterizado pela baixa umidade do ar, pouco volume pluviométrico e frequentes secas.

Os altos índices de pobreza e desigualdades sociais também são características marcantes encontradas nesse município, que são frequentemente associados à paisagem física do lugar. Essa narrativa discursiva penetrou revelando-se um paradigma.

Esse tratamento determinista acarretou para o Nordeste o fardo de região problema, se tornando ponto de partida para formulação de várias políticas públicas para essa região. Políticas que trazem em suas pautas medidas paliativas e ações emergenciais.

³ O povoamento do território de Casa Nova-BA iniciou-se na primeira metade do século XX, com a exploração das minas de cloreto de sódio ali descobertas. A existência dessas minas de sal concorreu para a formação de um povoado na fazenda Riacho da Casa Nova. O arraial desenvolveu-se em função do comércio de sal e em 1932, foi elevado da categoria de vila para a de cidade que passou a chamar-se Casa Nova. Possui uma área em torno dos 9.647,069 km² e população de 64.940 habitantes (IBGE cidades, 2010).

A natureza física do Nordeste tem sido a justificativa, ao longo de muitas décadas, para inserção de políticas públicas. A apropriação do lugar para implementação de empreendimentos faz dele território dando a ele novas leituras.

A construção da barragem hidroelétrica de Sobradinho foi uma política de Estado de grande proporção voltada para a região onde se localiza o município de Casa Nova. De acordo com Gonçalves (1997), a barragem foi construída pela CHESF (Companhia Hidro elétrica do São Francisco) para represar água visando à regularização do fornecimento da mesma para a Usina hidroelétrica de Paulo Afonso. O lago formado com a barragem cobriu uma área de 4.214 km², os municípios de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado foram inundados, desalojando mais de 70 mil pessoas.

De acordo com a Lei Estadual nº 3.347 de 23 de dezembro de 1974, a sede do município de Casa Nova foi transferida para um local a 37 km de distância da cidade originária (BRASIL, 1974).

A hidroelétrica foi construída no governo do presidente Emilio Garrastazu Médici, conhecido como o governo mais repressivo do período, de grande crescimento econômico e os projetos de grande impacto, em razão da entrada maciça de capital estrangeiro e da expansão do crédito⁴.

Esse projeto de Sobradinho fazia parte do pacote de obras públicas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O principal objetivo do PND era preparar a infraestrutura para o desenvolvimento do país na perspectiva que se apresentava para aquele momento⁵. Para tanto, empresas estatais, bancos oficiais e instituições públicas se articulavam na elaboração de políticas setoriais.

⁴ Nesse período o PIB brasileiro crescia a uma taxa de 13% ao ano, enquanto a inflação média anual não ultrapassava os 18%. Esse momento ficou conhecido como o “milagre brasileiro” e estendeu-se de 1969 a 1973. Paradoxalmente, houve ampliação da concentração de renda e aumento da pobreza.

⁵ O momento que se apresentava era a tomada do poder pelos militares. Isso significou internamente a criação de políticas de financiamento para atender a demanda do capital nacional e transnacional, ansiosos pelas benesses do Estado autoritário e pelo controle dos movimentos sociais e populares que lutavam pela reforma agrária e uma nova forma de organização social. Externamente, ocorria a reestruturação do capital que (re)organizava as bases da acumulação, pautadas no controle do capital financeiro, interessados em viabilizar “áreas seguras” para os seus investimentos. Paralelamente, constituíram-se novas formas de controle social sobre os trabalhadores, tentando anular uma possibilidade política uma ação contundente contra o capital e a perspectiva histórica de superação da sociedade capitalista (Mendonça, 2004, p. 195).

Entre o início e o fim das obras da hidrelétrica de Sobradinho a população diretamente atingida vivenciou um clima de instabilidade com a chegada de novos atores à região.

Para Gonçalves (1997, p. 167),

A população transplantada teve forçosamente que mudar a maneira de prover a sua sobrevivência. Criadores e beiradeiros tiveram que transformar-se em agricultores irrigantes, quando não foram acelerar o processo de inchamento das cidades. Os pescadores não dispunham nem de meios culturais e nem de meios materiais para desenvolverem suas atividades no lago, que requeriam novos métodos e equipamentos adequados [...] caatingueiros que tinham “fazendas” distantes do rio, de repente, viram-se às margens do lago e as terras que ocupavam sendo objeto de especulação e de grilagens [...] os beiradeiros não podiam mais praticar sua tradicional cultura de vazante, pois as enchentes e vazantes deixaram de obedecer ao ciclo natural, eles não podiam prever o período em que as águas subiriam e desceriam. Foram, assim mergulhados num profundo colapso.

Para Martins a “expulsão da terra, embora muitas vezes mascarada por decisão legal, aparece-lhe como ato iníquo, porque é sempre violento e compromete a sua sobrevivência. Porque priva-o do que é seu – o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa” (1989, p. 91).

Não bastasse, nesse mesmo período o vale do Submédio São Francisco passava por um processo de modernização da agricultura⁶, com a introdução de lavouras comerciais e adoção da irrigação, o que implicava um modo de produzir com métodos bem mais abrangentes e sofisticados do que as práticas tradicionais.

⁶ A partir de 1970 se constituiu o Polo Agroindustrial de Petrolina/Juazeiro, que conduzidos pelos investimentos públicos e impulsionado pela modernização da agricultura brasileira, desenvolveu no vale do Submédio do São Francisco uma profunda dinâmica na agricultura regional. Nesse contexto de mudanças no modelo de produção foram os produtores dotados de maior conhecimento técnico e poder aquisitivo que puderam investir na fruticultura, ficando a maioria dos produtores, principalmente os pequenos, impossibilitados de produzir devido aos altos custos iniciais exigidos pela produção frutícola irrigada. Segundo Celso Franca, esse novo modelo de produção provocou na região do Vale mudanças nas estruturas do mercado. Essas transformações implicaram em novas exigências de produzir para um mercado consumidor cada vez mais amplo e, ao mesmo tempo, restrito e exigente. Nesse contexto, se reproduzem as funções dominantes de caráter estratégicos por parte daqueles que detêm o poder de controle sobre a economia desse território (decisão, pesquisa, tecnologia), além das atividades produtivas, que geram maior valor agregado, intensivo no uso de capital, favorecendo a consolidação de redes empresariais (FRANCA, Celso Sales. *A imagem do Vale: reestruturação agrícola e mudança social*. Petrolina. Ed: Gráfica Franciscana, 2008.).

De acordo com Gonçalves (1997), a companhia Hidro Elétrica do São Francisco aproveitou-se da desorganização e do despreparo político da população, tomou como devolutas todas as terras que seriam alagadas e decidiu indenizá-las apenas pelas benfeitorias ali encontradas, o que não valeria muito, pois não passavam de construções bastante simples.

Nesse cenário, as manifestações de luta de classe se efetivaram nesses espaços. São inúmeros os movimentos que lutam para mudar uma realidade perversa, que ao longo do tempo histórico marcou profundamente os camponeses que manifesta na luta de classe um movimento de destruição e recriação das relações sociais. O Movimento dos atingidos por barragens é uma das mais fortes expressões de luta na região.

Atualmente, os municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho, se veem novamente em meio a uma política voltada para a produção de energia, porém, nesse caso, a energia eólica. Esses, que mal se adaptaram nas novas condições de vida em localidades distantes de sua realidade se veem novamente impactados por um novo projeto.

A produção de energias renováveis

A necessidade da produção de energia renovável surge efetivamente a partir dos anos de 1970, o uso demorado das fontes energéticas, principalmente o petróleo⁷, fonte não renovável, revelou seus limites através de uma crise, que, além de ambiental, era, sobretudo, econômica.

Nesse sentido, após a crise do petróleo e dentro da atual crise ambiental, o tema da produção de novas energias ganha espaço. O assunto tem sido discutido nas conferências ambientais e por muitas nações, o que vem suscitando propostas a cerca da mudança da matriz energética de vários países. Assim, as fontes renováveis ou as energias limpas ganham espaço, tais como, a energia eólica, a biomassa, a energia solar, e as pequenas centrais de hidrelétricas (PCH).

⁷ A crise do petróleo representou um dos grandes traumas para desafio econômico. Todos os países substancialmente dependentes de petróleo se deram conta de que o elemento vital de suas economias estava sob o controle estrangeiro, fato que gerou uma série de preocupações.

Nesse contexto, as energias renováveis aparecem como alternativa para reduzir os efeitos dessa crise. Entretanto, é extremamente difícil prever-se que essas fontes possam ser capazes de substituir a energia fóssil em futuro próximo. A esse respeito, as perspectivas estão longe de animadoras. As previsões para 2030 apontam para um cenário tendencial em que o petróleo manterá uma participação de 35% da oferta mundial (BERMANN, 2008, p. 20).

De acordo com Bermann (2008), cerca de oitenta por cento da a atual oferta energética mundial, aferida em 11.435 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, é baseada em combustíveis fósseis, sendo que os problemas ambientais decorrentes das emissões de gases poluentes apontam para uma crise ambiental em escala planetária e sem precedentes.

O debate contínuo, “sobre os impactos causados pela dependência de combustíveis fósseis, contribui decisivamente para o interesse mundial por soluções sustentáveis por meio de geração de energia oriunda de fontes limpas e renováveis, e ambientalmente corretas” (BERMANN, 2001, p. 25).

Durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, os chefes de Estados presentes definiram o conceito e os princípios do desenvolvimento sustentável⁸.

Dentro do conceito de desenvolvimento sustentável forma estabelecidos três pilares essenciais que são: promover o desenvolvimento econômico, a equidade social e a proteção ambiental.

De acordo com os estudos realizados pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica (2012), verifica-se que é a partir desses pilares, que se tem a obtenção do desenvolvimento sustentável, tornando-se essencial a utilização de fontes renováveis de energia, uma vez que as fontes fósseis não possuem os requisitos necessários para se enquadrarem nessa definição.

As fontes renováveis podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico, acesso à energia, segurança energética, mitigação das mudanças climáticas e redução de problemas ambientais e de saúde causados pela poluição do ar, alcançando, assim, todas as dimensões do desenvolvimento sustentável (ibid. p. 23).

⁸ No relatório “Nosso Futuro Comum” publicado em 1987 e aceito pela Assembleia Geral da ONU deu ao termo o conceito do “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Além disso, “os índices e desenvolvimento humano estão diretamente correlacionados ao consumo per capita de energia. O acesso a fontes energéticas de qualidade e confiáveis é essencial para a redução da pobreza e elevação dos níveis de bem-estar” (ONU, 2011. In. Ibid.).

No entanto, é preciso se atentar as formas de como tais propostas estão se materializando nos espaços, e como estas promovem mudanças nas estruturas econômicas, sociais e ambientais, e até que ponto essas energias são consideradas limpas por reduzirem a emissão de gases do efeito estufa na atmosfera.

A chegada da energia eólica

O advento das atividades industriais, desde o século XVII, com a revolução científica e posteriormente a primeira Revolução Industrial no século XVIII e a segunda Revolução Industrial no século XIX, impõe dentro da lógica da acumulação capitalista uma demanda cada vez maior de fontes de energias, como o carvão mineral e o petróleo que passaram a ser a principal matriz energética mundial (RODRIGUES E SANTOS, 2013).

A implantação dos parques eólicos no Brasil iniciou-se de maneira moderada, principalmente devido a falta de recursos e pesquisas. Entretanto, a partir do Programa de Incentivo às Energias Alternativas (PROINFA), lançado em 2002, logo aumentou a exploração desta energia, principalmente devido às políticas de incentivo do Estado (LIMA, 2008 In. SILVA E SAMPAIO, 2013).

No Brasil, as discursões acerca do uso de fontes renováveis para geração de energia elétrica remontam ao ano de 2001, quando o país vivenciava uma grave crise energética, conhecida como “Apagão de 2001”. A crise se efetiva, sobretudo, devido à falta de investimentos para expansão, geração e transmissão de energia elétrica, que afetou principalmente as regiões Centro-Oeste e Sudeste do país.

Aliado a esses fatores, estava o crescente consumo de energia ocasionado pelo aumento da população e ampliação da produção industrial e pelo fato da energia elétrica produzida no Brasil ser, quase em sua totalidade, gerada por usinas

hidrelétricas, dependentes dos regimes pluviais para manter os níveis dos reservatórios.

Nesse cenário, a energia eólica passa, efetivamente, a fazer parte da matriz energética brasileira a partir de 2009, quando é inserida no leilão de fontes alternativas, se tornando a segunda fonte energética mais competitiva do país, em termos de preço, perdendo para hidrelétrica.

No município de Casa Nova a produção de energia eólica chega, por meio de estudos realizados pela CHESF, que desde 1987, havia realizado um relatório a partir de processamento e registros anemográficos para um período de cinco anos (1977-1981) de 81 estações a 10 m de altura, pertencentes à Rede Meteorológica do Nordeste, que só iniciaria medições mais específica em 1999 (PACHECO; PACHECO, 2012).

Ainda de acordo com Pacheco e Pacheco (2013, p.6),

os diversos levantamentos e as inúmeras pesquisas realizadas e em andamento, nos âmbitos locais, regionais e nacionais, têm dado fundamento e instigado à exploração comercial da energia eólica no Brasil. Os primeiros estudos foram feitos na região Nordeste, principalmente no Ceará e em Pernambuco. Com o apoio da ANEEL e do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi publicado em 1998 a primeira versão do Atlas Eólico da Região Nordeste, de fundamental relevância para aportar novas pesquisas.

No atual modelo do setor elétrico, as empresas garantem primeiro a venda da energia para depois implantar o empreendimento. De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia elétrica (CCEE), os leilões são a principal forma de contratação de energia no Brasil. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores do certame, visando à eficiência na contratação de energia. Os leilões de energia elétrica são realizados pela CCEE por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ainda de acordo com a CCEE os leilões de fontes alternativas foi instituído com o objetivo de atender ao crescimento do mercado no ambiente regulado e aumentar a participação de fontes renováveis – eólica, biomassa e energia proveniente de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) – na matriz energética brasileira.

Todas essas medidas, de acordo com o Atlas Eólico do Estado da Bahia (2013), têm contribuído para o desenvolvimento da energia eólica no Brasil durante a década de 2000, e para dinâmica do foco de interesse dos investidores, que durante o início da década fixava seus investimentos, quase que exclusivamente no litoral, migrando ao longo dos anos, também, para áreas do interior, como se vê nos projetos vencedores dos leilões de energia a partir de 2009.

Em leilão realizado em 2009, cujo objetivo foi à contratação de energia de reserva específica para fonte eólica, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco apresentou um projeto de “seis empreendimentos eólicos de 30 MW cada: CGE Corvina, CGE Curimatã, CGE Dourado, CGE Matrinchã, CGE Pirambeba e CGE Surubim, perfazendo um total de 180 MW, todos localizados no Município de Casa Nova-BA” (Tribunal de Contas da União-TCU, 2013, p. 16), no entanto o projeto não obteve êxito.

A Chesf logrou êxito no Leilão Aneel realizado em 2010 com um novo projeto: o empreendimento Central Eólica Casa Nova. Neste optou-se pela integração dos seis parques eólicos citados anteriormente em um único empreendimento com capacidade de 180 MW.

Dessa maneira, em 26/8/2010, a Chesf sagrou-se vencedora do Leilão 007/2010 - Aneel com o projeto Central Geradora Eólica Casa Nova, com previsão de início de fornecimento de energia em janeiro de 2013. A tarifa de energia adotada pela Chesf foi de R\$ 131,50/MWh. O projeto a ser implantado é caracterizado por apresentar 120 aerogeradores com potência unitária de 1,5 MW, perfazendo um total de 180 MW de potência instalada. Para a consecução do projeto, a Chesf celebrou ao todo nove contratos, sendo o principal deles o contrato CTNI 90.2010.9080 firmado com o Consórcio Ventos de Casa Nova no valor de R\$ 635.476.717,50 (TCU, 2013, p. 17).

Ainda de acordo com Tribunal de Contas da União (2013), o Consórcio Ventos de Casa Nova é composto por as seguintes empresas: Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda., responsável pelos serviços relacionados à execução das bases das torres; I.M. Comércio e Terraplanagem Ltda., responsável pelos serviços de execução dos acessos; Wind Power Energia S.A. IMPSA, responsável pelos serviços de fornecimento, fabricação e montagem dos aerogeradores.

Segundo a Chesf, o município onde está localizado o parque é uma área com grande potencial gerador de energia eólica. O estado da Bahia (onde está Casa Nova) se encontra na região de transição entre os mais distintos regimes de ventos: ao norte, existe a atuação dos ventos alísios que convergem para a depressão barométrica equatorial e ao sul, predomina a dinâmica de intercambio entre o centro de altas pressões, o Anticiclone Subtropical e as incursões de massas polares (COELBA, 2006 In: PACHECO; PACHECO, 2012), o que a torna um grande potencial produtor de energia eólica.

Inicialmente o parque foi projetado para receber 120 torres eólicas e a energia a ser gerada será suficiente para abastecer 140 mil casas populares. A central construída pela Chesf fica às margens do reservatório da hidroelétrica de Sobradinho.

O parque eólico Casa Nova começou a ser construído no primeiro trimestre de 2011 e deveria entrar em operação em janeiro de 2013. Porém, há atrasos em obras no sistema de transmissão para escoar a energia gerada, que para chegar aos consumidores é necessário a existencial de uma subestação para conectar a usina ao sistema nacional, a mesma deve ser construída em conjunto com as obras do parque eólico.

Para chegar até os consumidores, à energia gerada depende das redes de transmissão, que não são de responsabilidade das empresas que mantêm os parques eólicos e sim da CHESF. E este tem sido um dos principais problemas do setor.

Em conversa com a Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro-BA, a usina eólica do município de Casa Nova, se localiza na comunidade Malvão, área rural do município, nela vivem 84 famílias, em sua maioria pequenos irrigantes que estão sendo atingidos pelo empreendimento.

Ainda de acordo com CPT, os moradores da comunidade Malvão, não apresentou resistência com a chegada do empreendimento, pois foram “seduzidos” pela possibilidade de ganharem com o arrendamento de suas terras, para cada torre eólica que passa por sua propriedade recebem cerca de 1.200 reais, por meio de um “contrato firmado em trinca cinco anos de duração” (minuta do contrato usado para arrendamento das propriedades do Parque Eólica Casa Nova). Hoje reclamam pelo atraso dos pagamentos dos contratos assinados com a empresa.

O Estado e a formulação de políticas públicas para produção de energia eólica

A políticas públicas traduzem no seu processo de elaboração, implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político sob a égide do Estado, que possui um papel essencial no direcionamento e viabilização dessas políticas, seja na criação de agências públicas ou na formulação de programas governamentais.

Diversas foram às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento no território brasileiro. A região Nordeste, que há muito tempo é apontada como um problema para o desenvolvimento nacional, tem sido palco nos últimos anos de diversas ações governamentais implementadas com o objetivo de inseri-la no circuito da produção mundial. No entanto, o que se verifica é que essas políticas trouxeram em suas pautas apenas medidas paliativas, que não apresentam soluções consistentes para os reais problemas da região como concentração de renda e da terra, entre outros.

Na observação de Lisboa,

o planejamento para a materialização das políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste, se realizou no espaço regional a expansão do capital monopolista na região. As políticas públicas, procedentes desta experiência levaram o Estado a assumir o controle das relações entre as classes, atuando no sentido da garantia da reprodução dos interesses dos grupos detentores do capital que assumem suas determinações históricas (2007, p.114).

Nesta perspectiva, o olhar do Estado sobre o planejamento das ações para esta região esteve atrelada a necessidade de desenvolver suas bases produtivas, baseadas no discurso da modernização para sustentar a expansão do capital. Nestes espaços, onde as forças capitalistas se desenvolvem estão presentes relações de dominação e poder que se apoiam na lógica do discurso do 'progresso' como forma de desenvolvimento e organização social.

Neste contexto, o Estado aparece como agente fundamental na (re)produção do espaço, seu papel como condutor do planejamento e implementador de políticas públicas possui intuito de responder os anseios da sociedade e ao mesmo tempo, contraditoriamente, atender as demandas do grande capital.

Por se constituir na sua essência o antagonismo de classe, o Estado é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que se converte também em classe politicamente dominante (ENGELS, 2009). Assim, a lógica das políticas de desenvolvimento regional e sua espacialização no Nordeste tem servido para aumentar as contradições internas e entre esta região e o restante do país, produzindo novos territórios sob o comando de grandes grupos hegemônicos que atuam na monopolização dos espaços e na inserção do Nordeste na divisão regional do trabalho no Brasil (OLIVEIRA, 1981).

O novo direcionamento das políticas tem provocado concentração e centralização de capitais especificamente nos países subdesenvolvidos. A monopolização e a financeirização do capital sustentado pela lógica neoliberal se constitui na sua mais recente forma de reprodução e tem refletido diretamente na organização do território e das relações sociais.

Para Pinto (2012, *apud* SILVA e SAMPAIO, 2013), as contradições do modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado e capturado pelas corporações que compõem os blocos hegemônicos de poder no cenário nacional e internacional tem crescido. “E, no que diz respeito à produção de energia eólica, o Estado brasileiro tem se revelado como um grande incentivador às grandes multinacionais, de origem espanhola, indiana, entre outros que, através do discurso baseado na “economia verde” mantém sua expansão”.

É importante ressaltar que nas últimas décadas o discurso de crise ambiental e da necessidade de promover o desenvolvimento de forma sustentável vem se disseminando no mundo, segundo Harvey (2004, p. 96) “o rápido aumento populacional, a escalada da poluição e da geração de resíduos, a degradação ambiental [...] criara, toda uma série de preocupações globais” com discursos que analisam apenas a questão ambiental fora das relações sociais, que por sua vez se reproduzem historicamente.

Conceição (2004, p. 83), corrobora com este pensamento ao explicar que,

o direcionamento da responsabilidade da crise ecológica passa a ser orientado na ideia da possibilidade de solução apenas a partir da educação ambiental. Desta forma é afastada a leitura das condições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura socioeconômica do modo de produção capitalista, definida no intercâmbio metabólico com a natureza, riqueza e propriedade.

Nesse sentido, o discurso de sustentabilidade é lançado fundamentado na mudança do modo de vida das pessoas, camuflando a lógica do modo capitalista de produção e a real relação que este estabelece na apropriação da natureza.

É sustentado nesta ideologia que o Estado consolida sua atual política energética com a implantação de parques eólicos no Nordeste, enfatizando ser ela uma fonte energética renovável, de baixo custo, voltada para a comunidade local, escamoteando seus reais interesses e prejuízos.

Para Mészáros (2004) a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, dos mais baixos aos mais refinados tendo uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarado é pequeno, tanto por causa da relação de forças existentes quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicadas às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecidas.

No olhar de Denise Elias, a ciência, a tecnologia e a informação se constituíram nas mais marcantes forças produtivas, o homem passa a ter o poder de induzir os progressos imprimindo intensa velocidade de renovação, passando a ter grande poder de interferência na natureza. Essas possibilidades modificaram radicalmente a relação homem-natureza. Desse modo, o homem enquanto agente modificador do espaço geográfico, “que já foi mero observador” (ELIAS, 2006) transforma-se em um agente com grande capacidade de interferência na natureza. De acordo com Habermas (1983), se valer de tal conceito geográfico é fundamental para justificar o interesse de dominação de uma classe determinada que oprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe.

Na medida em que se altera a relação homem natureza constituem-se os processos territoriais no espaço, que para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004) é

simultaneamente, construção destruição/manutenção/transformação; em síntese, uma unidade dialética, contraditória da espacialidade que a sociedade tem que desenvolver. Oliveira acrescenta ainda, que o território deve ser “apreendido como síntese contraditória, como unidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em o que Estado desempenha a função de regulação”, onde as corporações que compõe os blocos hegemônicos nacionais e internacionais detêm o poder e monopolização dos territórios.

No entanto, por ter em sua essência uma natureza contraditória o capitalismo instaura conflitos, criando condições para constituição da luta de classe, onde o homem enquanto transformador do espaço se percebe como agente sustentador desse sistema. É no reconhecimento de sua atuação, que ele passa a se mobilizar na procura de garantir seus direitos.

Como afirma Oliveira (2004) o território é efeito material da luta de classe travada pela sociedade na produção de sua existência, onde as relações sociais de produção e a lógica contínua e contraditória de desenvolvimento das forças produtivas dão a configuração histórica específica ao território, sendo dessa forma uma luta permanente da sociedade pela socialização da natureza.

Considerações finais

Mediante as observações realizadas até o presente, verificou-se que na implantação do parque eólico no município de Casa Nova-BA conduzido pela Chesf o Estado deixa evidente seu papel e interesse: o de favorecer empresas nacionais e multinacionais, fortalecendo os grupos hegemônicos dentro da sociedade com o discurso de inclusão social, geração de empregos e da preservação ambiental.

Este discurso evidencia o caráter estratégico por parte daqueles que detêm o poder de controle sobre a economia desse território favorecendo a consolidação de redes empresariais e gerando um grande debate a favor dessa política.

Apesar de ser reconhecida como uma energia limpa, o modo como este setor se desenvolve tem intensificado as desigualdades sócioespaciais nas comunidades locais onde estão se instalando. No município de Casa Nova – BA, a população

passou a conviver de um dia para outro com um canteiro de obras por toda a cidade, muitos deles sendo construídos nos quintais das casas.

O que se observa, neste novo contexto de (re)produção do espaço no município de Casa Nova, é que sua população vivenciará o mesmo episódio de 40 anos atrás com a construção da Hidroelétrica de Sobradinho. O lago formado com a construção da barragem cobriu as cidades baianas de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado, cerca de 70 mil pessoas tiveram que abandonar suas casas “a população transplantada teve forçosamente que mudar a maneira de prover a sua sobrevivência” (GONÇALVES, 1997) sem nenhuma estrutura ou apoio do Estado. Estes, que mal se adaptaram nas novas condições de vida em localidades distantes de sua realidade se veem novamente em meio a um modelo de política que não atende a suas reais necessidades.

Nesse sentido é importante destacar que o presente artigo não tem a pretensão de esgotar a discussão e nem de aqui delinear um diagnóstico para o futuro da realidade do município de Casa Nova e da matriz energética brasileira. Assim as análises a cerca da temática continuam.

Referências

BARROS, Maêuda Lacerda; SÁ, Alcino José de. O pólo seco de fruticultura irrigada Petrolina-Juazeiro: um espaço-objeto do poder hegemônico de mercadificação e normatização sócio-ambiental. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 3, set/dez. 2007.

BRASIL. **Lei Estadual nº 3.347 de 23 de dezembro de 1974**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85668/lei-3347-74-bahia-ba>>. Acesso em: julho de 2013.

BERMANN, Célio. **Crise ambiental e as energias renováveis**. Cienc. Cult. [online]. 2008. Disponível em < <http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2008/pdf>> Acessado em março de 2015.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para que? Para quem? Crises e alternativas para um país sustentável**. São Paulo: Editora Livraria da Física: FASE, 2001.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em<<http://www.ccee.org.br>> Acessado 2014.

CHESF. **Proposta para realização de diagnóstico e projeto de prospecção arqueológica.** Disponível em:< <http://www5.chesf.gov.br>>. Acessado em 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do desenvolvimento sustentável.** In: Revista Eisforia Florianópolis, v.2, n.2, p.79-154, Jul./dez.2004.

DIÁRIO DA REGIÃO. **Casa Nova deve ganhar parque eólico.** Disponível em<<http://www.odiariodaregiao.com/casa-nova-deve-ganhar-parque-eolica-no-valor-de-r-315-milhoes/2011>> Acessado em 2013.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e desigualdades socioespaciais.** In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (org.). Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2009.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Opara: Formação histórica e Social do Submédio São Francisco.** Juazeiro. [s.e], 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades: Histórico da Cidade de Casa Nova/BA.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 2013.

LISBOA, Josefa Santos. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança.** Tese doutorado. Aracaju, 2007.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social.** São Paulo: Editora casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico – conceitual sobre a pesquisa qualitativa:** tipos, técnicas e características. 1982 <disponível em http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/educação> acesso em abriu de 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PACHECO, C. S. G. R.; PACHECO, R. **Parques eólicos e transformações espaciais**: uma análise dos impactos socioambientais na região de Sento Sé/BA. Revista Brasileira de Geografia Física. Vol. 5, n. 5, p. 1242-1258. UFPE/PE, 2012.

RODRIGUES, oliveira Jamile; SANTOS, de Lisboa Josefa. **Reflexões sobre o programa nacional de produção e uso do biodiesel no alto sertão sergipano**. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXII/GT1/COMPLETOSGT1/15%20Jamil%20Oliveira%20Rodrigues%20e%20Josefa%20pdf>> Acessado em outubro de 2013.

SILVA, Débora Raquel Freitas; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Panorama da expansão da energia eólica no Ceará**. Disponível em <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_D%C3%A9bora-Jos%C3%A9.pdf>. Acessado em outubro de 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de fiscalização – sintético**. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR20>> Acessado em 2014.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.